



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a
Aprova o Orçamento do Estado para 2022

Proposta de aditamento

Mapa de alterações e transferências orçamentais
(a que se refere o artigo 7.º)
Diversas alterações e transferências

37-A [Novo] – Transferência de receitas próprias do Fundo Ambiental, até ao montante de € 20 000 000, para o ICNF, I.P., para a concretização, em 2022 do programa de valorização da floresta e de gestão da biomassa florestal residual.

Assembleia da República, 11 de maio de 2022

Os Deputados,

João Dias; Paula Santos; Bruno Dias; Alma Rivera; Diana Ferreira; Jerónimo de Sousa

Nota justificativa:

As políticas agrícolas e florestais seguidas por sucessivos Governos conduziram ao abandono do mundo rural e das explorações agrícolas, à desertificação dos territórios, a que se associa a acumulação de grandes e contínuas cargas de combustível nos espaços rústicos, situação que requer resposta adequada.

A crónica falta de investimento nos territórios do interior do país, a falta de apoio aos pequenos produtores nacionais, a falta de iniciativas de gestão e defesa da floresta, têm em muito contribuído para que, ano a pós ano, se registem grandes incêndios com a destruição de extensas áreas florestais, com elevados prejuízos para as populações afetadas.

Se em 2021, o número de fogos rurais foi significativamente inferior à média dos últimos 10 anos, e a área ardida também foi inferior ao registado nos últimos anos, o início de 2022, mostra uma inversão neste progresso, com o registo até finais de fevereiro de 1519 incêndios a que correspondeu uma área ardida de quase 6500 hectares, contrastando com os 152 incêndios registados no mesmo período de 2021 e uma área ardida inferior a 4300 hectares. Nos últimos dias, entre 30 de abril e 08 de maio de 2022, registaram-se 381 incêndios, valor este que corresponde a cerca de 64% do número de incêndios registados no mês de maio de 2021.

Este cenário demonstra que passados quase 5 anos desde a ocorrência dos trágicos incêndios de 2017, muito continua por concretizar no que respeita à gestão da floresta, proteção das populações e valorização da produção florestal nacional.

O conhecimento e caracterização da biomassa florestal residual presente na floresta portuguesa e conhecer a sua distribuição regional são elementos fundamentais para se desenvolverem soluções adequadas à sua retirada e respetivo encaminhamento e valorização.

A redução e controlo da biomassa das áreas florestais e a sua adequada valorização constituem respostas necessárias no âmbito da proteção e defesa da floresta, permitindo que os pequenos proprietários e produtores florestais obtenham rendimentos dignos com a sua produção.

Encontrar e promover soluções públicas de valorização da biomassa florestal residual, adequadas ao território nacional e às necessidades das populações é fator essencial

para a prossecução dos objetivos de defesa e valorização da floresta e de desenvolvimento dos territórios do interior e do mundo rural.

Intervir e apoiar os pequenos proprietários é peça fundamental para assegurar a cuidada gestão da biomassa florestal residual, controlar o potencial combustível disponível nas áreas florestais e contribuir para a defesa do ambiente e dos ecossistemas.

Este apoio assume particular relevância no quadro atual em que se assiste a uma contínua subida dos preços, em muitos casos fruto de especulação por parte dos grandes grupos económicos, tornando ainda mais difícil assegurar rendimentos mínimos aos pequenos produtores florestais.

A subida astronómica do preço dos combustíveis e da maioria dos fatores de produção torna ainda mais difícil a concretização das ações de limpeza dos terrenos, estando a esta atividade associados gastos para os quais não há rendimentos que os suportem, deixando os pequenos proprietários ainda mais vulneráveis, face ao ataque a que o minifúndio tem estado a sofrer.

Sendo certo que muito continua por fazer e que é urgente dar resposta adequada ao desafio da defesa e valorização da floresta, o PCP propõe para o presente Orçamento do Estado, a adoção de um Programa para valorização da floresta e gestão da biomassa florestal residual, em que se inclui o apoio à limpeza de terrenos para os pequenos proprietários florestais, apresentando o seu devido enquadramento e os montantes financeiros associados para a sua concretização.